



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO PARA A EB2,3/S DE ARCOS DE VALDEVEZ " ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL AREAL EDITORES, S.A., DO PORTO [PF 329/2017] ----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **12 setembro de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com o Despacho da Presidência da Câmara Municipal de 5 de setembro de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Avelino Heitor de Lima Soares, titular do Cartão de Cidadão n.º 03490255 4 ZY0, válido até 07-01-2020, residente na Av. Dr. Domingos Gonçalves de Sá, 398 – 7º Esqº, Rio Tinto, Gondomar, que outorga na qualidade de **Administrador e Procurador**, em representação da sociedade comercial anónima que usa a firma **AREAL EDITORES, S.A.**, com sede na Rua da Torrinha, 228 H – 3º Andar, no Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa colectiva **501 523 375**, com o capital social de € 300.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal, datado de **5 de Setembro de 2017**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e

124º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, a **“AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO PARA A EB 2,3/S DE ARCOS DE VALDEVEZ”**. -----

Pelo referido Despacho o Presidente da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual, correspondente à proposta adjudicada, é de € **39.312,00 (trinta e nove mil trezentos e doze euros)**, mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira: O prazo de entrega do fornecimento adjudicado de **20 dias**, sendo de 10 dias para cada uma das entregas faseadas, nos termos definidos na Cláusula 32ª do Caderno de Encargos. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efetuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 07** – Equipamento de Informática. -----

- Classificação Funcional – **2110502**. -----

Sexta: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 130º, nº1 da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, rege-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e

demais legislação em vigor. -----

Sétima: 1 - Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos nos números anteriores, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 - Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

Oitava: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

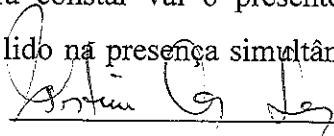
Nona: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

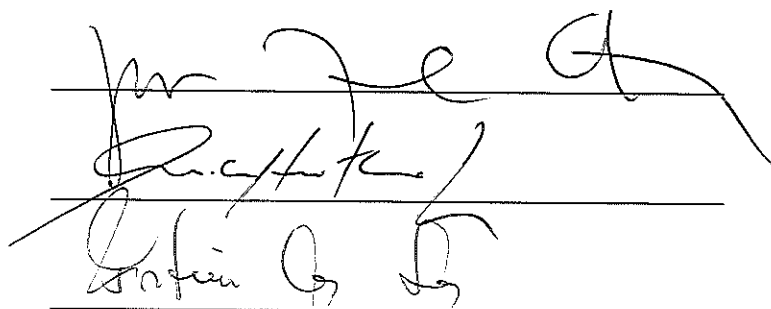
Décima: O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Primeira: Que se obriga a realizar o fornecimento adjudicado dentro das boas normas de execução e nos termos da respetiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **05-06-2017**, e

válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Porto-5, em 29-08-2017, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 3126-7372-8522, subscrita em 14-07-2008 e válida até 21-10-2017, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade; d) Procuração conferida em 21-01-2015 ao segundo outorgante, pela qual foi conferida a qualidade do mesmo e a suficiência de poderes para intervir neste ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontram na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; g) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº 148/029/2017.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº 58/2017